

EMPRESA DE CINEMAS ARCOPLEX S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em Reais)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A **EMPRESA DE CINEMAS ARCOPLEX S.A.**, é uma sociedade anônima de capital fechado, com CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 17.040.988/0001-15, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 42204937561, com sede na Avenida Farrapos, 146, Bairro Floresta, na cidade de Porto Alegre – RS, CEP 90.220-000.

A sociedade tem como objeto social: 1) Atividades de exibição cinematográfica; 2) Bomboniere; 3) Lanchonete: serviços de alimentação; 4) Propaganda e Publicidade; 5) Importação de alimentos e equipamentos para lanchonete e cinemas; 6) Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos; 7) Distribuição de Filmes Cinematográficos.

NOTA 2 – BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do ano findo em 31 de dezembro de 2022, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas e práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento a Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e de acordo com a NBC TG 1.000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da empresa compreendem o período de atividade iniciado em 01 de janeiro de 2022 e encerrado em 31 de dezembro de 2022. Fazem parte das Demonstrações Contábeis o Balanço Patrimonial, o Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração do Resultado Abrangente (DRA), Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas sendo que, as principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

3.1 Classificação de Itens Circulantes e Não-Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 Compensação entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.3 Transações em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

3.4 Instrumentos Financeiros

3.4.1 Ativos Financeiros

A Empresa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: a) mensurados ao valor justo por meio do resultado, b) mensurados ao custo amortizado ou c) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixas contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

(c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.4.2 Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados de acordo com sua natureza ou finalidade.

Custo amortizado

São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, em moeda corrente nacional.

3.6 Créditos a Receber

Os créditos a receber correspondem aos valores a receber de venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da empresa.

3.7 Impostos a recuperar

São retenções e pagamentos antecipados ou a maior com direito a compensação ou pedido de restituição.

3.8 Outros Créditos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.9 Imobilizado

Benfeitorias em Imóveis de Terceiros, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, equipamentos de informática e veículos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

3.10 Direito de Uso

No início de um contrato, a entidade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A entidade reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

3.11 Impairment de Ativos Não-Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Empresa não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos, poderiam estar acima do valor recuperável, de acordo com a NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, e conseqüentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi aplicada.

3.12 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

3.13 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.14 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

3.15 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente e contribuição social é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço e gera lucro real. O imposto de Renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro excedente aos limites fiscais estabelecidos. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido está constituída a alíquota de 9%. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela empresa nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não-circulante ou no passivo não-circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los.

3.16 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.17 Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções. As etapas para o reconhecimento da receita compreendem:

- i) a identificação do contrato com o cliente;
- ii) a identificação das obrigações de desempenho;
- iii) a determinação do preço da transação;
- iv) a alocação do preço da transação; e
- v) o reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. A receita é reconhecida quando os produtos são entregues aos clientes.

3.18 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Empresa se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
 - b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; e
 - c) impairment dos ativos imobilizados e intangíveis.
 - d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social;
 - e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa.
-

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro estão representados conforme abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa Moeda Nacional	91.062,88	87.957,54
Banco Conta Movimento	490.112,30	1.137.405,29
Aplicações Financeiras	3.183.923,15	395.579,65
Total de Caixa e Equivalentes	3.765.098,33	1.620.942,48

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo.

NOTA 5 – CRÉDITOS A RECEBER

Os saldos de créditos a receber em 31 de dezembro estão representados conforme abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Cartões de Créditos	922.976,28	1.629.183,66
Outros	-	7.500,00
Total dos Créditos a receber	922.976,28	1.636.683,66

NOTA 6 – IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IRRF S/APLICAÇÕES FINANCEIRAS	21.288,75	4.546,37
COFINS A RECUPERAR	176.724,96	-
IPI A RECUPERAR	1.756,52	-
PIS A RECUPERAR	38.158,88	-
Total dos Impostos a Recuperar	237.929,11	4.546,37

NOTA 7 – DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Seguros a Apropriar	33.343,18	26.903,70
Total das Despesas do Exercício Seguinte	33.343,18	26.903,70

NOTA 8 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros aprovados pela Administração. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são reconhecidos com base no ajuste de avaliação patrimonial do ativo imobilizado.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício é a seguinte:

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Tributos Diferidos			
	Ativo		Passivo	
	Diferido	Total	Diferido	Total
Em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-
Constituição	3.227.013,37	-	5.131.400,90	5.131.400,90
Adição	-	-	-	-
Baixa	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	3.227.013,37	3.227.013,37	5.131.400,90	5.131.400,90
Adição	1.694.196,19	1.694.196,19	-	-
Baixa	-	-	(634.700,47)	(634.700,47)
Em 31 de dezembro de 2022	4.921.209,56	4.921.209,56	4.496.700,43	4.496.700,43

O registro dos créditos do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos estão baseados na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e histórico de rentabilidade, respaldado em orçamento aprovado pela Administração. Para o registro do referido ativo fiscal diferido decorrente de provisões e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Empresa realizou a atualização do estudo técnico contendo as projeções econômico-financeiras, na qual estima utilizar os créditos tributários levantados nos próximos 10 anos.

NOTA 9 – IMOBILIZADO

	Im óveis	Veículos	Máq. e Equip. e Ferramentas	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Informática	Total
Taxas anuais de depreciação	4%	20%	10%	10%	20%	
Em 31 de dezembro de 2021						
Custo	9.089.761,56	289.900,00	18.648.663,71	13.105.996,48	1.120.569,55	42.254.891,30
Depreciação Acumulada	(1.509.950,00)	(116.193,41)	(4.406.594,65)	(228.045,30)	(367.507,14)	(6.628.290,50)
Valor contábil líquido	7.579.811,56	173.706,59	14.242.069,06	12.877.951,18	753.062,41	35.626.600,80
Saldo Inicial	7.579.811,56	173.706,59	14.242.069,06	12.877.951,18	753.062,41	35.626.600,80
Adições	-	-	5.900,00	-	-	5.900,00
Transferência	-	-	-	-	-	-
Baixas	(609.027,52)	-	(5.400.512,46)	(1.282.215,64)	(431.427,17)	(7.723.182,79)
Depreciação	(363.420,07)	(57.980,04)	(1.480.395,98)	(1.340.316,18)	(274.097,33)	(3.516.209,60)
Baixas da Depreciação	125.359,65	-	4.561.585,85	504.221,11	620.930,20	5.812.096,81
Transferência da Depreciação	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	6.732.723,62	115.726,55	11.928.646,47	10.759.640,47	668.468,11	30.205.205,22
Em 31 de dezembro de 2022						
Custo	8.480.734,04	289.900,00	13.254.051,25	11.823.780,84	689.142,38	34.537.608,51
Depreciação Acumulada	(1.748.010,42)	(174.173,45)	(1.325.404,78)	(1.064.140,37)	(20.674,27)	(4.332.403,29)
Valor contábil líquido	6.732.723,62	115.726,55	11.928.646,47	10.759.640,47	668.468,11	30.205.205,22

NOTA 10 – DIREITO DE USO

Direito de Uso - Ativo

	Máq. e Equip.
Vida útil	10 anos
Total Direito de Uso em 31 de dezembro de 2021	-
Despesa de depreciação do exercício	-
Adições a ativos de direito de uso	7.286.735,00
Desreconhecimento de ativos de direito de uso	-
Total Direito de Uso em 31 de dezembro de 2022	7.286.735,00

Arrendamentos a Pagar - Passivo

Total Arrendamentos a Pagar em 31 de dezembro de 2021	-
Remensuração de contratos e novos contatos	7.286.735,00
Baixas	-
Juros	-
Pagamento de aluguel	-
Total Arrendamentos a Pagar em 31 de dezembro de 2022	7.286.735,00
Total Arrendamento a Pagar - Circulante	756.241,14
Total Arrendamento a Pagar - Não Circulante	6.530.493,86

As Máquinas e Equipamentos alugados pela empresa estão reconhecidos como direito de uso no ativo e passivo de arrendamento no passivo circulante e não circulante.

NOTA 11 - RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

A empresa analisa a indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, observando as seguintes indicações:

Fontes externas de informação

- (a) durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu sensivelmente, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- (b) mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;
- (c) as taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de

desconto usada no cálculo do valor em uso de um ativo em uso e diminuirão significativamente o valor recuperável do ativo;

Fontes internas de informação

(d) evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;

(e) mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na medida ou maneira em que um ativo é ou será usado. Essas mudanças incluem o ativo que se torna inativo, planos para descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence, planos para baixa de um ativo antes da data anteriormente esperada e reavaliação da vida útil de um ativo como finita ao invés de indefinida; e,

(f) evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado. Considerando estes fatores externos e internos, a administração não constatou indicação de perda.

Em 31 de dezembro de 2022 a empresa realizou o teste de recuperabilidade para os Ativos, não sendo identificadas indícios de perdas por “impairment”.

NOTA 12 – FORNECEDORES

O grupo de Fornecedores em 31 de dezembro está assim composto:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores de Mercadorias e Serviços	1.136.556,86	1.251.552,43
Total do Contas a Pagar à Fornecedores	1.136.556,86	1.251.552,43

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Salários a Pagar	312.803,00	437.988,00
INSS	131.301,98	687.733,05
FGTS	40.579,56	326.234,04
Provisão de Ferias e Encargos	582.610,91	892.766,78
1/3 Férias MP 927	-	85.438,00
Outros	3.025,66	15.449,21
Total das Obrigações Sociais	1.070.321,11	2.445.609,08

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
ICMS	57.735,66	53.957,01
ISSQN	28.600,85	82.584,71
IRRF	35.242,19	68.062,16
COFINS	-	147.164,93
PIS	752,14	31.905,86
Impostos Parcelados	837.501,20	792.331,39
Outros	-	1.073,40
Parcela Circulante	<u>959.832,04</u>	<u>1.177.079,46</u>
Impostos Parcelados	<u>2.363.515,94</u>	<u>2.426.842,63</u>
Parcela Não Circulante	<u>2.363.515,94</u>	<u>2.426.842,63</u>
Total das Obrigações Tributárias	<u>3.323.347,98</u>	<u>3.603.922,09</u>

NOTA 15 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

Instituição	Modalidade	Venct.	Taxas	Saldo		Saldo devedor Total	
				Curto Prazo	Longo Prazo	31/12/2022	31/12/2021
BNDES	Giro	2028	4% ao ano	2.853.667,00	11.822.333,33	14.676.000,33	12.608.400,00
Total dos Empréstimos e Financiamentos				<u>2.853.667,00</u>	<u>11.822.333,33</u>	<u>14.676.000,33</u>	<u>12.608.400,00</u>

NOTA 16 - PARTES RELACIONADAS

As transações comerciais realizadas com as pessoas ligadas são efetuadas em condições e prazos semelhantes às transações com terceiros não relacionados.

	<u>Passivo Não Circulante</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Project Movies Publicidade Ltda	13.407.761,80	12.657.687,60
Total de partes relacionadas	<u>13.407.761,80</u>	<u>12.657.687,60</u>

NOTA 17 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

De acordo com levantamentos realizados pelas assessorias jurídicas da empresa, os montantes estimados e as probabilidades das causas são as seguintes:

Tipo	Possível	Provável	Provisões
Cível	5.779,68	324.470,28	324.470,28
Trabalhista	772.711,72	205.408,12	205.408,12
Total	778.491,40	529.878,40	529.878,40

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas e cíveis, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis potenciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão.

NOTA 18 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 – Capital Social

O Capital Social é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), formado de 1.000.000 (um milhão) ações ordinárias, subscrito e integralizado. Distribuído da seguinte forma:

Sócio	%	Valor
Mário Leopoldo dos Santos	5	50.000,00
Mário Cesar dos Santos	47,5	475.000,00
Mário Luiz dos Santos	47,5	475.000,00
Totais	100	1.000.000,00

18.2 – Prejuízos Acumulados

O saldo em 31 de dezembro de 2022 foi de (R\$ 7.937.622,40), e compreende o somatório dos valores de prejuízos acumulados.

18.3 – Ajuste de Avaliação Patrimonial

O saldo em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 8.728.889,08, foi constituído em exercícios anteriores, em decorrência da avaliação patrimonial do ativo imobilizado da empresa, com base em Laudo de avaliação emitido por empresa especializada, sendo este montante realizado, quando da sua baixa ou depreciação, contra lucros acumulados, de acordo com a NBC TG 27/17 e Resolução CFC 1.263/09.

NOTA 19 – RECEITA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita Operacional		
Venda de Produtos, Mercadorias e outros	24.980.474,19	2.927.634,84
Venda de Bilheteria	4.161.042,60	12.627.072,15
Total Receita Operacional Bruta	<u>29.141.516,79</u>	<u>15.554.706,99</u>
Deduções da Receita Operacional		
(-) ISSQN	(336.728,61)	(272.466,56)
(-) COFINS	(814.914,38)	(911.217,61)
(-) PIS	(176.436,31)	(197.805,05)
(-) ICMS	(773.648,25)	(255.468,81)
(-) Devoluções e Cancelamentos	(34.824,00)	(23.080,00)
Total Deduções Receita Operacional	<u>(2.136.551,55)</u>	<u>(1.660.038,03)</u>
Total Receita Operacional Líquida	<u>27.004.965,24</u>	<u>13.894.668,96</u>

NOTA 20 - RESULTADO POR AÇÃO

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Numerador		
Resultado Líquido do exercício atribuído aos acionistas		
Resultado disponível	(3.376.212,63)	(3.913.756,15)
Total	<u>(3.376.212,63)</u>	<u>(3.913.756,15)</u>
Denominador		
Quantidade de Ações	1.000.000	1.000.000
Total	<u>1.000.000</u>	<u>1.000.000</u>
Resultado básico e diluído por ações (em Reais)		
Valor da ação	(3,38)	(3,91)

NOTA 21 - COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2022, os principais ativos da empresa, responsabilidades de valores e riscos relevantes estão cobertos por seguro. A Administração considera que o montante de cobertura de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações operacionais.

NOTA 22 - CONTINUIDADE OPERACIONAL

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da empresa. A Administração não tem conhecimento de nenhum fato ou incerteza relevante que possa pôr em risco a sua continuidade operacional.

NOTA 23 - EVENTOS SUBSEQUENTES

A administração declara não ter conhecimento de ocorrência de qualquer outro evento subsequente que possa influir ou alterar os valores e informações divulgados nestas demonstrações financeiras.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2022.

MÁRIO CESAR DOS SANTOS
SÓCIO-ADMINISTRADOR
CPF: 386.669.369-91

LUCIANE MARCON DE ALMEIDA
Reg. No CRC - RS sob o Nº 77371
CPF: 694.848.210-49
CONTADORA